

PORTARIA CRO/PE Nº 08 /2019

O Presidente do **Conselho Regional de Odontologia do estado de Pernambuco, CRO/PE**, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a autonomia administrativa e financeira dos Conselhos Federal e Regionais de Odontologia, criados com o advento da Lei Federal nº 4.324 de 14 de abril de 1964 e regulamentada pelo Decreto nº 68.704 de 03 de junho de 1971;

Considerando que, a Constituição Federal excepciona a regra da prévia aprovação em concurso público para a investidura no cargo ou emprego público, autorizando as nomeações para cargo ou emprego em comissão, na forma legalmente prevista, de livre nomeação e exoneração (art. 37, II, parte final, da CF/88);

Considerando que, o cargo em comissão é preenchido com o pressuposto da temporalidade e ocupado por pessoa que desfruta da confiança daquele que nomeia ou propõe a sua nomeação;

Considerando a finalidade precípua destas instituições, tendo por escopo a supervisão da ética profissional, cabendo-lhes zelar e trabalhar pelo perfeito desempenho ético da Odontologia e pelo prestígio e bom conceito da profissão e dos que a exercem legalmente;

Considerando a necessidade de manter informada a classe odontológica, através da edição do Jornal Informativo, bem como outras informações relacionadas aos direitos e deveres dos profissionais regularmente inscritos;

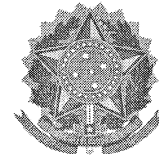
Considerando a jurisprudência do TST no sentido de ser indevido o pagamento de aviso prévio e multa de 40% sobre o FGTS aos ocupantes de empregos em comissão, de livre nomeação e exoneração;

Considerando a necessidade de publicitar notícias que repercutem no controle administrativo-financeiro e de medidas que prestigiam a categoria;

Resolve:

Art.1º. Nomear a Senhora **Thaís Maria Salomão da Nóbrega Gomes**, CPF nº [REDACTED] RG nº [REDACTED], como **Assessoria de Comunicação e Marketing** deste Conselho, executando os seguintes serviços profissionais indicados nos itens abaixo elencados;

Art.2º. O contrato será executado de forma direta, observando o cumprimento das demandas necessárias ao Conselho Regional de Odontologia, CRO-PE; as atividades serão condicionadas ao cumprimento de tarefas internas e externas, obedecendo o calendário funcional de cada ano, bem como as necessidades deste Regional;



Art.3º. A Contratada desenvolverá a assessoria de comunicação e Marketing, com fito de divulgar as ações da instituição junto aos Cirurgiões-Dentistas e a população em geral. Do mesmo modo, a contratação visa o desenvolvimento de estratégias em comunicação institucional, interna e externa, incluindo produção, diagramação, montagem e edição da revista informativa de conteúdo para a revista deste Regional, um dos principais veículos de comunicação da Autarquia, produção de notícias para o boletim informativo virtual (newsletter) e elaboração de textos para o site, assim como comunicados oficiais e notas de esclarecimentos, entre outros produtos jornalísticos, diagramação de peças em geral, apresentação de planos e ações de Marketing, todos com o objetivo de promover a imagem e o papel institucional do CRO-PE;

Art.4º. Ainda assim, a Contratada será responsável pela marcação de entrevistas, apuração e redação de matérias, revisão e aprovação dos textos junto à diretoria do CRO-PE, serviços de fotografia, tratamento e edição de imagens para os conteúdos a serem produzidos, presença em eventos institucionais;

Art.5º. Prestar assistência a Diretoria, bem como seus órgãos de assessoramento, inclusive em reuniões, formulação de relatórios e outras atividades;

Art.6º. Estabelecer a remuneração mensal de **R\$3.700,00** (três mil e setecentos reais);

Art. 7º. O Conselho fornecerá 22 (vinte e dois) Vales Alimentação, mensais, no valor unitário de R\$31,94 (trinta e um reais e noventa e quatro centavos);

Art. 8º. A relação de trabalho do ocupante do cargo comissionado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Parágrafo único. Os ocupantes de empregos públicos em comissão, no ato de sua exoneração, não farão jus ao recebimento de verbas indenizatórias de aviso prévio e multa sobre FGTS.

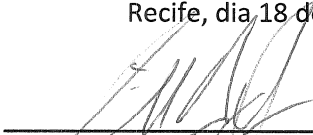
Art.9º. O contratado reconhece não haver vínculo de natureza permanente com o Conselho Regional de Odontologia, CRO-PE, sendo certa sua contratação por tempo determinado, a fim de atender necessidade temporária de excepcional interesse público, afastando-se a figura do emprego público, uma vez inexistentes o disciplinado no artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, CRFB 1988;

Art.10º. Assim, a contratação decorrerá no período compreendido entre os dias 18 de março de 2019 a 18 de março de 2020;

Art.11º. Por fim, determino a Secretaria do Conselho Regional de Pernambuco, CRO-PE, que sejam adotadas as providências necessárias;

Art.12º. Esta portaria entra em vigor imediatamente, dispensada sua publicação na Imprensa Oficial.

Recife, dia 18 de março de 2019.


Eduardo Ayrton Cavalcanti Vasconcelos, CD – CRO-PE 8802
Presidente do Conselho Regional de Odontologia de Pernambuco - CRO-PE.